



Prefeitura de SOROCABA

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – PORTUGUÊS

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 60 questões objetivas e o seu caderno de redação, contendo um tema a ser desenvolvido.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa dos cadernos.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos.
- ♦ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



Prefeitura de **SOROCABA**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E

56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

CONHECIMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS

01. Na obra *Tecnologias do Conhecimento: Os desafios da Educação* (Dowbor, 2001), o autor analisa de modo organizado os vários impactos que as mais recentes tecnologias do conhecimento têm sobre a educação.

Leia as afirmações a seguir, relacionadas ao tema.

- I. No mundo atual, o conhecimento exerce uma função essencial, fazendo com que as instituições de ensino assumam um papel mais central na sociedade, e que o educador, que trabalha com o conhecimento, adquira um valor renovado.
- II. Em nossa sociedade, que vem sendo chamada “sociedade do conhecimento”, o grande desafio para o educador está em auxiliar o estudante a pôr ordem no conjunto de informações desarticuladas que ele recebe a todo o momento.
- III. As tecnologias do conhecimento são elementos transformadores da sociedade, mas constituem um problema unicamente para os professores, desorientados pelo caos informativo que elas geram; os alunos, frutos desse mundo tecnológico, lidam bem com a quantidade de informações que recebem.

O pensamento de Dowbor está expresso em

- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
02. A obra *Pedagogia da Terra*, de Gadotti (2000), mostra-nos que “a civilização tecnológica nos trouxe infindáveis benefícios, conhecimento e comodidades. Permite-nos construir uma visão de mundo cujos limites se expandiam espantosamente, parecendo não ter fim, até desvendar uma das mais incontestes verdades com a qual o ser humano se vê obrigado a conviver: a destruição do planeta em que vive”. Diante dessa realidade, assinale a alternativa que corresponde ao papel da educação hoje, segundo Gadotti.
- (A) Ajudar a sociedade humana a perceber os contornos da civilização que está se formando: uma civilização ecológica na qual a ciência incorpora o modelo de desenvolvimento que se constrói em conjunto com a natureza e não contra ela.
 - (B) Construir e reconstruir o real, redirecionando o olhar da sociedade e incentivando-a a repensar seus valores e a entender a importância da obediência às leis para o equilíbrio ecológico, bem como o sentido da cidadania planetária para a sobrevivência do ser humano.
 - (C) Desenvolver nas pessoas a consciência acerca dos problemas ambientais, propiciando-lhes conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que as tornem capazes de agir individualmente na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.
 - (D) Favorecer a compreensão da interdependência econômica, social, política e ecológica entre as diversas áreas do planeta, oferecendo às pessoas a oportunidade de adquirir os conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessários para proteger e melhorar o meio ambiente.
 - (E) Ensinar os jovens a enfrentarem a incerteza da vida, adaptando-se às mudanças políticas, culturais e sociais, bem como às climáticas em curso, em outras palavras, instruir o espírito a viver e a aceitar as dificuldades do mundo, aprendendo a lidar com elas.

03. “Imersas num processo de profundas mudanças sociais, cada vez mais rápidas e complexas, as cidades, assim como a educação, devem envolver-se num claro desenvolvimento estratégico” (in Gadotti, 2004) e num Projeto de Cidades Educadoras. Para a realização desse Projeto, precisam ser considerados alguns pressupostos e observações, tais como

- I. toda cidade é por princípio educativa e educadora. Desse modo, todas as instituições participam da proposta de Cidade Educadora;
- II. o conceito de Cidade Educadora incorpora e inter-relaciona os processos educativos formais, os não formais e os informais;
- III. a explicitação do projeto político-pedagógico das diferentes organizações sociais é uma forma de viabilizar e potencializar os processos de mudança que se pretende na Cidade Educadora;
- IV. o papel da escola num projeto de Cidade Educadora é contribuir para criar as condições que viabilizam a cidadania.

Com relação aos pressupostos ou observações citados para a elaboração do Projeto de Cidade Educadora, estão corretos apenas

- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
04. Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, Morin (2003) aborda temas fundamentais para a educação contemporânea, não raro deixados à margem dos debates educacionais. Nessa obra, o autor nos desafia a realizar uma profunda reflexão sobre a “educação do futuro”, que, de certa forma, já se faz presente. Para Morin, a educação do futuro
- (A) exige um esforço disciplinar, de modo que a soma dos conteúdos das diversas disciplinas colabore para unir as ciências naturais com as humanidades, rompendo com a oposição entre natureza e cultura.
 - (B) deve principiar pelo ensino das certezas próprias das ciências naturais e exatas, porque essas certezas é que irão minimizar as angústias trazidas pelas incertezas inerentes às ciências humanas.
 - (C) precisa empregar meios e instrumentos capazes de conduzir o estudante à compreensão de que somente a ciência está apta a estabelecer um diálogo produtivo com as dúvidas e interrogações do nosso tempo.
 - (D) tem que evitar contaminar-se pelo princípio da incerteza racional, uma vez que cabe à razão construir as teorias, os conceitos e os métodos capazes de levar o indivíduo às certezas que dão sustentação às ciências.
 - (E) deve mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis.

05. Rios (2001) afirma que se demanda às instituições sociais e, particularmente à escola, “desenvolver seu trabalho no sentido de colaborar na construção da cidadania democrática.” Explora o significado dessa demanda para a ação docente em seis itens de uma listagem que afirma ser aberta à reconstrução. No quarto item: “Construir a cidadania, na ação docente, é instalar na escola e na aula uma instância de comunicação criativa”, a autora analisa filosoficamente que, na prática docente,
- (A) a responsabilidade de organizar o processo comunicativo é do professor, devendo ele dirigir perguntas aos alunos e destinar-lhes espaços na aula para responder, argumentando, às questões que os alunos dirigirem a ele.
 - (B) é preciso existir espaço para a palavra do professor e do aluno, para o exercício da argumentação e da crítica, porque a comunicação pedagógica se realiza, efetivamente, no diálogo que se faz na diferença e na diversidade.
 - (C) predomina a comunicação pela palavra escrita, própria da escola e dos conteúdos científicos, sendo necessário que os professores, além das leituras, cópias e questionários, estimulem a produção criativa de textos livres.
 - (D) a principal função dos professores é comunicar os conteúdos de sua disciplina aos alunos, passando a eles, de forma criativa, os conhecimentos necessários à sua cidadania e à sua felicidade, as quais a escola ajuda a construir.
 - (E) é fundamental garantir espaço para que alunos e professores, em atividades criativas e prazerosas, troquem conhecimentos, evidenciando que docente da melhor qualidade não ensina nada, mas aprende junto.
06. “Ensinar na escola” não é o mesmo que ser professor particular desta ou daquela disciplina. Escolas são organizações sociais de caráter institucional, organizadas em sistemas, normatizadas tanto do ponto de vista legal quanto do pedagógico, para responderem a funções que a sociedade lhes atribui, ligadas a necessidades sociais já reconhecidas e/ou emergentes. Essa relação da educação escolar com a sociedade se expressa no projeto político-pedagógico de cada escola, o qual, de acordo com Bussmann, em Veiga (2006), deve ser elaborado
- (A) pelos professores das diferentes séries e disciplinas, de modo que, depois de organizados pela direção /coordenação, espelhem a sequência total do curso, devendo, ainda, explicitar o calendário para o ano letivo e as normas regimentais quanto à avaliação.
 - (B) por especialistas em planejamento educacional, pois essa atividade de planejar é ampla e complexa, devendo resultar dela um plano com qualidade, pois ele guiará as ações de todos os que trabalham na escola, de modo a alcançar os objetivos da educação para a cidadania.
 - (C) por todos os envolvidos no trabalho educativo da escola, que o reconstruam e aperfeiçoam, num processo de gestão democrática liderado pela equipe de direção/ coordenação, a qual lhes garante a participação nas decisões e age com firmeza para colocá-las em prática.
 - (D) pelo núcleo de direção e coordenação pedagógica da escola, antes do início do ano letivo, para servir de base à elaboração dos planos de ensino específicos, pelos professores das diferentes disciplinas, de modo a não haver repetições nem lacunas na programação dos conteúdos.
 - (E) pelos órgãos intermediários dos sistemas estaduais e municipais, de modo a regulamentar as atividades das escolas que abrangem, no sentido de cumprir os princípios constitucionais e os objetivos educacionais expressos na LDBEN 9.394/96, que apresentam o perfil de cidadania desejado.

07. Zabala (1998) afirma que “aprender significa elaborar uma representação pessoal do conteúdo objeto da aprendizagem, fazê-lo seu, interiorizá-lo, integrá-lo nos próprios esquemas de conhecimento.” Analisa, então, como se dá essa representação e o que pode favorecê-la.
- Assinale a alternativa que contém as ideias defendidas pelo autor a respeito de como se dá essa representação e do que pode favorecê-la.
- (A) O processo percorrido para aprender (ou elaborar representações pessoais) variará em estreita relação com os diferentes tipos de conteúdos que tiverem que ser passados aos alunos, devendo o professor organizar situações de aprendizagem específicas para cada um dos tipos.
 - (B) Essa representação é incompatível com alunos parados, quietos, pois exige indivíduos ativos, fazendo coisas, o que demanda aos professores grande volume e variedade de propostas de atividades, pois eles são os responsáveis por organizar e conduzir o aprender dos alunos.
 - (C) Aprender, elaborar essas representações, exige grande atividade mental e constitui-se num processo de difícil realização. Para promover essa atividade, cabe aos professores apresentarem aos alunos muitas questões a respeito de cada novo item de seu programa, para fazê-los pensar.
 - (D) A elaboração dessa representação parte de conhecimentos que o sujeito já tem e que lhe permitem fazer conexões com os novos conteúdos, atribuindo-lhes significância, estabelecendo relações por meio de atividade de reflexão, articulada às de observação, manipulação, experimentação.
 - (E) Esse processo de construir conhecimento depende principalmente das relações entre os alunos, nas quais estes se desafiam a serem os primeiros a encontrar as melhores respostas, cabendo ao professor organizá-los em grupos para responderem questões sobre os conteúdos de sua matéria.
08. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seus trabalhos é uma das “dez novas competências para ensinar” que Perrenoud (2000) propõe. Em relação a essa competência, o autor considera que
- (A) os professores já estão, em sua maioria, empenhados em desenvolver a motivação dos alunos, de modo que procuram suscitar ou manter nesses alunos o desejo de saber juntamente com sua vontade de aprender.
 - (B) são necessárias outras específicas, como, por exemplo, a de suscitar no aluno o desejo de aprender, explicitando a relação com o saber e o sentido do trabalho escolar, acompanhado do desenvolvimento, na criança, da capacidade de autoavaliação.
 - (C) o conselho de classe é prioritariamente uma instância de resolução de conflitos e, por isso, ele fica impossibilitado de transformar-se em um conselho de alunos capaz de transformar-se em um espaço no qual a relação com o saber possa ser redefinida na classe.
 - (D) uma conquista da escola consiste na diversificação das atividades escolares, conforme proposta dos alunos, desde que reguladas por escolhas do professor e decorrentes de medidas de racionalização do trabalho.
 - (E) é correta a defesa da prática do projeto pessoal do aluno porque tal prática possibilitará gradativamente que todos tenham o seu projeto de trabalho e quando não o tiverem o professor lhes atribuirá um projeto, despertando o desejo e a vontade de aprender desse educando.
09. Lerner (2002) apresenta uma profunda reflexão sobre as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas na escola em torno da aprendizagem da leitura e da escrita, apontando o que ela classifica como “o real”, analisando o que considera ser “o possível” e argumentando em defesa do que ela entende ser “o necessário”, para que a escola cumpra sua função social na construção da sociedade democrática. Para a autora,
- (A) a realidade de nossas escolas, com sua organização fortemente burocratizada, impede que seja feito um trabalho pedagógico atualmente possível pelos conhecimentos teóricos que já temos sobre a alfabetização, mas para isso seria necessário que os diretores fossem eleitos.
 - (B) o “real” traz em si muitas alternativas do “possível” e, dentre elas, os educadores devem selecionar aquilo que verdadeiramente é “necessário” para que a escola alfabetize todos os alunos, democratizando as competências de leitura e de escrita, garantindo, assim, a cidadania.
 - (C) as práticas sociais de leitura e de escrita devem ser trabalhadas didaticamente, na busca de que todos os alunos tenham uma aprendizagem significativa e, para isso, são imprescindíveis uma coerente organização da escola e uma dialógica e reflexiva formação dos educadores.
 - (D) a realidade favoreceu a democratização das vagas nas escolas públicas e os programas de alfabetização tornaram possível sonhar com o sucesso escolar de todos os alunos, fazendo-se necessário, para isso, revolucionar a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores.
 - (E) o fracasso da alfabetização na escola revela descaso político, administração equivocada e trabalho didático-pedagógico apoiado em concepções ultrapassadas de aprendizagem; a saída é recorrer a organizações extra-escolares e não governamentais, para uma alfabetização de sucesso.

10. Azanha (1991) reexamina a questão da autonomia da escola, analisando que esse termo vem sendo utilizado em diferentes contextos desde o Manifesto dos Pioneiros, que teve seu sentido alargado e que sofreu um esvaziamento de seu significado, perdendo seu efeito operatório. Expõe que há entraves institucionais e contradições no âmbito da estrutura e do funcionamento da administração burocrática do Estado, que dificultam tornar realidade essa autonomia.

Para o autor, a autonomia da escola é um pressuposto ético do trabalho educativo e, consideradas suas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, argumenta ele que a autonomia da escola

- (A) é algo a ser assumido em cada unidade de ensino como uma oportunidade de revisão dos compromissos do magistério com a tarefa educativa de formar homens críticos, livres e criativos, até mesmo a partir de condições adversas.
- (B) depende da criação de determinadas condições administrativas e financeiras e de um processo de tutoria para preparar a direção das escolas e as associações de pais e mestres para lidarem com dinheiro público e dele prestar contas.
- (C) supõe modernizar a escola, como meta importante e urgente, inclusive em sua mentalidade resistente a mudanças, pois, uma vez autônoma, essa instituição enfrentará a cobrança de qualidade do ensino que hoje recai sobre o governo.
- (D) é sinônimo de regimento próprio, de capacidade de autogovernar-se e autofinanciar-se, o que só é possível nas unidades da rede particular, pois, na rede pública, a decisão sobre as finanças jamais será da escola.
- (E) espera ainda o necessário amparo legal que regulamente os princípios gerais de gestão democrática e de autonomia didática que figuram na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN 9.394/96.

11. Alarcão (2010) pondera que a “capacidade de interagir com o conhecimento de forma autônoma, flexível e criativa é a melhor preparação para a vivência no nosso mundo super-complexo, incerto, sempre pronto a exigir novos saberes, inspiradores de novas ações.” Pergunta, então, qual o papel dos professores, se a ênfase é colocada no sujeito que aprende. A própria autora responde que, hoje, o professor deve

- (A) criar, estruturar e dinamizar situações didáticas que estimulem a aprendizagem e a autoconfiança dos alunos em suas capacidades individuais para aprender, para acessar, criticar e sistematizar informações na construção de conhecimento.
- (B) atualizar-se constantemente para não oferecer informações ultrapassadas, perdendo, assim, a autoridade intelectual perante seus alunos, pois sem ela não poderá bem transmitir os conteúdos sob sua responsabilidade e manter a disciplina em classe.
- (C) criar, estruturar e conduzir situações de aprendizagem nas quais professor e alunos se responsabilizem igualmente por trazer informações, colhidas nas mais variadas fontes, compartilhando-as de forma prazerosa e desinteressada, para a valorização de cada um na busca de informações.
- (D) utilizar-se de recursos tecnológicos, principalmente os computadores, de forma competente, estimulando os alunos a fazerem o mesmo, desafiando-os a acompanharem as inovações nessa área e estimulando-os a acessarem informações, por meio de estratégias competitivas.
- (E) valorizar as experiências extraescolares dos seus alunos na área do acesso a informações e da utilização de recursos tecnológicos, de modo que os momentos de sala de aula sejam destinados a agrupar os alunos em torno de temáticas de interesse comum para que compartilhem informações, autonomamente.

12. Alguns professores PEB II de uma escola municipal de Sorocaba constituíram um grupo de estudos e vêm discutindo algumas obras de Paulo Freire. Atualmente, o objeto de análise é a *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996). Entre os diversos tópicos tratados nessa obra, Freire fala da possibilidade de o aluno e o professor “pensarem certo” e “chegarem à curiosidade epistemológica.”

Sobre essa questão, cada professor compreendeu o texto de uma forma.

Assinale a alternativa cujo posicionamento do professor está, de fato, em consonância com o pensamento de Freire, exposto na obra que o grupo de estudos está discutindo.

- (A) O professor Leopoldo coloca que, para o educador, o pensar certo implica acolher e respeitar o senso comum do aluno, que busca superá-lo, mas rejeitar a curiosidade ingênua por parte do professor, porque ela é incompatível com o exercício da docência.
- (B) A professora Janáina entende que a passagem do saber fruto da pura experiência para o saber que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos se dá por uma ruptura entre a curiosidade ingênua e a epistemológica e aí tanto o professor como o aluno passam a pensar certo.
- (C) Segundo a professora Luísa, a curiosidade humana é histórica e socialmente construída e reconstruída. O percurso da ingenuidade para a criticidade se dá naturalmente, por isso é dispensável que a prática educativa se preocupe com o desenvolvimento da curiosidade epistemológica.
- (D) A professora Catarina diz que a curiosidade ingênua dos camponeses difere em essência da curiosidade ingênua dos filósofos e dos cientistas; por isso, somente estes últimos podem ultrapassar a curiosidade ingênua e chegar à curiosidade epistemológica para decifrar o mundo.
- (E) Para o professor Paulo, a curiosidade ingênua está associada ao saber de senso comum e à medida que essa curiosidade vai se criticizando, ela se aproxima da forma metodicamente rigorosa do objeto cognoscível e se torna curiosidade epistemológica, de modo que o aluno e o professor avançam e chegam a pensar certo.

13. Dolz, Noverraz e Schneuwly, em Schneuwly e Dolz (2004), escrevem um artigo sobre as sequências didáticas para o ensino de gêneros escritos ou orais e explicitam que essa sequência

- (A) tem por finalidade prestar ajuda ao aluno para que ele domine um gênero de texto, permitindo-lhe desse modo a escrita ou a fala de uma maneira mais adequada numa determinada situação de comunicação.
- (B) é proposta com o objetivo de possibilitar que os docentes economizem tempo de atuação no preparo e desenvolvimento de sua atividade didático-pedagógica, quando ensinam os gêneros textuais escritos e orais.
- (C) constitui um procedimento de trabalho criado para impedir a indisciplina e a distração do aluno ao construir textos escritos ou orais, na escola ou até mesmo em casa, facilitando assim o controle de sua produção.
- (D) é um procedimento pedagógico eminentemente prático, cujas elaboração e aplicação dispensam a análise de pressupostos teóricos, bem como a eleição de critérios para as escolhas metodológicas.
- (E) é um procedimento de ensino que se identifica com uma abordagem espontaneísta, pois basta propor a sequência aos alunos que, sozinhos, eles conseguem atingir uma nova capacidade de produzir textos adequados.

14. Em um dos capítulos do livro *Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos*, Macedo (2009) aborda, de forma específica, a disciplina no processo escolar. Assinale a alternativa que expressa a posição desse autor em relação ao tema.

- (A) Disciplina é uma competência escolar que as crianças devem aprender, mas não como qualquer conteúdo. Ela é um tema transversal porque está presente em todas as situações, sendo condição necessária para se realizar um trabalho com êxito, qualquer que seja ele.
- (B) Existe um único tipo de disciplina. Embora haja muitas propostas pedagógicas e diferentes culturas escolares, o melhor ambiente para a aprendizagem é aquele em que predomina o silêncio, com espaços abertos para as perguntas e trocas de ideias entre os alunos.
- (C) O adulto poderá disciplinar as crianças de todas as idades, mesmo as pequenas, na etapa pré-escolar, discutindo as regras com habilidade. Em uma concepção democrática, é um erro obrigar alguém, mesmo que criança, a cumprir ordens das quais discordam.
- (D) Disciplina na escola é, antes de tudo, uma questão de boa conduta, uma formação que deve ser trazida de casa; mesmo assim, cabe à escola ensiná-la e reforçá-la, porque aprendê-la é do interesse de todo mundo, uma vez que ela facilita a relação das pessoas com as coisas.
- (E) A disciplina é, ao mesmo tempo, fim e meio. É um fim por permitir-nos desenvolver atitudes como concentração, responsabilidade, interesse, as quais viram ferramentas pessoais e de trabalho. É meio porque sem ela as coisas não acontecem ou acontecem fora do prazo ou dos padrões.

15. Ao analisar a essência do problema dos conteúdos socioculturais e a sua relação com a avaliação, Rios (1990) descreve uma série de aspectos que caracterizam essa questão.

De acordo com a autora, os conteúdos socioculturais

- (A) podem ser trabalhados no processo de ensino aprendizagem independentemente das questões relativas aos objetivos, à metodologia e à avaliação.
- (B) constituem questões importantes, porque eles dizem respeito ao que ensinar, porém deixam de ter uma relação com as escolhas que o educador faz ao fundamentar sua prática e seu tipo de avaliação.
- (C) precisam ser examinados considerando sua vinculação com as questões de como se ensina, para que se ensina, por que se ensina e, principalmente, quem ensina e para quem ensina.
- (D) articulam-se com as condições concretas da escola e da sociedade e, nestas, o que se deve priorizar para exame são, principalmente, as questões dos modismos e das flutuações das ideologias.
- (E) têm um caráter histórico, filosófico e político, o qual exige que a sua aprendizagem seja avaliada em dois momentos, isto é, na entrada, conhecimento inicial, e na saída, como produto.

16. Romão (1999) e Hoffmann (1994) tratam da avaliação da aprendizagem escolar e apresentam alguns pontos de concordância e outros de diferenciação em suas abordagens sobre esse tema. A esse respeito, é correto afirmar que os dois autores

- (A) apresentam considerações sobre as etapas da avaliação dialógica, conforme a taxionomia dos objetivos educacionais, elaborada por Benjamim Bloom, tendo em vista oferecer ao professor referências para a avaliação, no seu dia a dia.
- (B) valorizam a avaliação enquanto relação dialógica entre educando e educador mediados pela realidade e o conhecimento e valorizam o erro como fonte de aprendizagem, ou seja, como um elemento fundamental à produção do conhecimento pelo ser humano.
- (C) constroem seus textos partindo do exame das questões elaboradas por professores, quando de sua participação em seminários com os autores, analisando a avaliação primeiro na abordagem positivista e, depois, na dialógica.
- (D) trabalham diferentemente o diálogo em suas produções. Para Romão (1999), o diálogo deve permear a negociação relativa aos padrões de avaliação e, para Hoffmann (1994), deve incluir o “perguntar” e o “escutar” como base da avaliação mediadora.
- (E) estudam o papel do Conselho de Classe na avaliação de modos diferentes. Romão (1999) propõe o Professor Orientador articulado ao Conselho de Classe e Hoffmann (1994) desenvolve esse tema como indicador da avaliação positivista.

17. Um professor, que atua do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, aderiu à “Pedagogia Empreendedora”, juntamente com mais alguns colegas educadores que trabalham na mesma escola, influenciando, assim, seu projeto educacional e sua proposta pedagógica na direção do empreendedorismo. De acordo com Dolabela (2003), os educadores dessa escola trabalham de modo coerente com essa abordagem quando

- (A) desenvolvem, no trabalho com as diferentes disciplinas, o aprender a saber, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, voltados todos a “garimpar”, na realidade circundante, oportunidades de sucesso e de realização pessoal.
- (B) organizam e desenvolvem um currículo interdisciplinar, voltado a construir o “empreendedor”, com base nas habilidades e competências identificadas como aquelas que levam os indivíduos ao sucesso em suas iniciativas para perseguir seus sonhos.
- (C) desencadeiam emoções nos educandos, desde o sexto ano, de modo a motivá-los para aprenderem os conceitos básicos das diferentes disciplinas, com vistas a aplicar esses conteúdos em projetos empreendedores interdisciplinares, nos anos finais.
- (D) levam em conta os saberes acumulados na história de vida dos indivíduos, mobilizando suas emoções como desencadeantes da cognição, da criatividade, para desenvolver novos valores e comportamentos, necessários à participação na sociedade estruturada em rede, que está se formando.
- (E) analisam com os educandos, a partir do quinto ano, “sonhos estruturantes”, isto é, projetos de vida que estimulem os alunos a enfrentarem dificuldades nos estudos para se tornarem “alguém na vida”, em uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista.

18. A dicotomia “preconceito versus cidadania” é uma questão que Aquino (1998) trata na obra *Diferenças e preconceitos na escola*. Segundo esse autor,

- I. a escola é a antessala da democracia. Sem escola, nenhuma democracia poderá se sustentar;
- II. se os educadores abandonarem os dilemas escolares em favor da polícia, do médico, do psicólogo, do advogado, a ideia da educação estará arruinada;
- III. aquele que desacreditar que a escola possa tornar as pessoas melhores, não pode ser educador;
- IV. o horror social em relação à violência nas escolas mostra que para a sociedade pode existir violência em todos os lugares, exceto na escola.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

19. Embora muita gente ainda acredite que os problemas da humanidade serão resolvidos a partir de tecnologia inteligente, a cada dia cresce o número daqueles que defendem que o maior recurso que possuímos para resolver os desafios atuais é a capacidade, o talento e o potencial que cada um de nós carrega em nosso interior e que se revigora a cada geração. Zenita Cunha Guenther, Ph.D. em Psicologia, é uma das pesquisadoras que, há mais de 30 anos, investiga a Educação Especial para Talentos. No livro *Capacidade e talento* – um programa para a escola, Guenther (2006) apresenta um material bastante interessante que pode subsidiar o educador que lida com estudantes portadores de altas habilidades/superdotação.

Assinale a alternativa que está de acordo com as ideias de Guenther.

- (A) A superdotação se caracteriza pela elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, alto desempenho nas diversas áreas de atividade do educando. O potencial do superdotado se desenvolve espontaneamente, logo, incitá-lo e auxiliá-lo é de pouca valia para o desenvolvimento do sujeito.
- (B) Crianças e jovens ainda estão em processo de desenvolvimento e muitas vezes, apesar de sua precocidade, não efetivam todo seu potencial, por isso, para que se possa identificar os estudantes superdotados matriculados em uma escola, o procedimento necessário e suficiente é a aplicação dos testes de QI.
- (C) Quando se está diante de uma criança talentosa, deve-se basicamente elaborar um plano individual de trabalho para ela, de acordo com seu domínio de potencial, respondendo às suas necessidades e interesses, e integrado ao trabalho da escola regular.
- (D) As crianças e os adolescentes talentosos distribuem-se aleatoriamente pela população e não se concentram num gênero específico, por isso a probabilidade de encontrarmos, em cada escola, crianças e jovens com talentos bem acima da média do seu grupo etário é de 30 a 50 %.
- (E) Todo ser humano tem capacidades, mas os superdotados têm mais do que a média da população; eles apresentam desempenhos especiais, podendo se destacar tanto nas áreas das artes, como nas ciências, nos esportes, ou em diversas outras, por isso devem frequentar escolas especiais.

20. José Carlos, de 13 anos, é aluno do 7.º ano do Ensino Fundamental. É um adolescente de tez clara, cabelos louros, faces coradas e que apresenta sobrepeso. Pelo seu aspecto físico e por sua timidez, os colegas atormentam-no com brincadeiras maldosas, muitas vezes ofensivas, chamando-o frequentemente de “Leitãozinho Cor-de-Rosa”. Sem saber como resolver o problema, sentindo a situação difícil demais para ser suportada, José Carlos procurou uma das professoras (a que lhe inspirava maior confiança). Pelo relato do adolescente, a professora logo identificou que ele estava sendo vítima de *bullying*. Tentando encaminhar da melhor forma possível o problema em questão, ela levou o caso para ser discutido com a Coordenadora Pedagógica e a Diretora da escola. As três resolveram, então, tomar a obra de Beaudoin e Taylor (2006) como suporte teórico para os encaminhamentos a serem dados.

Assinale a alternativa que corresponde ao pensamento desses autores.

- (A) O *bullying* é mais do que um simples fenômeno: é uma cultura na escola. Por isso, devemos aceitá-lo como algo natural e inevitável entre os estudantes.
- (B) O *bullying* independe de um filtro cultural, logo, o que é ofensivo para um grupo social é igualmente ofensivo para todos os outros.
- (C) Quando ocorre uma situação de *bullying*, os agressores e as vítimas sempre pertencem a uma mesma classe social.
- (D) O *bullying* é uma forma de intimidação que inclui apelidos jocosos, gozações, e até mesmo o emprego de violência física.
- (E) O *bullying* é um fenômeno típico de adolescentes; as crianças de pouca idade, como as da Educação Infantil, desconhecem-no.

LEGISLAÇÃO

21. Daiana, de 10 anos, é aluna do 3.º ano do Ensino Fundamental. Apresenta defasagem idade-série, uma vez que sua mãe a matriculou no 1.º ano após a idade prevista em lei. É uma criança miúda, desatenta, indisciplinada. Frequentemente recusa-se a fazer as tarefas passadas pela professora. Não raro, agride oral ou fisicamente seus colegas e emprega palavras de baixo calão. Quando a situação fica difícil demais, sem saber como agir, a professora a envia para a Diretoria. Certa manhã, Daiana chegou atrasada, como é seu costume, mas sentou-se em sua carteira, quieta, sem molestar os colegas ou tomar alguma atitude para “aparecer”, como é o usual. Estranhando o comportamento de Daiana, a professora chegou-se a ela e percebeu que seus cabelos soltos escondiam hematomas na face. Levou-a para a Diretoria e lá verificaram que a blusa de mangas compridas também encobria marcas de espancamento. A diretora e a professora tomaram consciência de que o caso era grave e que era necessário agir conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/90. Assinale qual das ações a seguir corresponde ao que dispõem os artigos 13 e 56 do ECA em relação à situação considerada.

- (A) Comunicar o caso ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- (B) Comunicar o caso à Secretaria de Educação do Município.
- (C) Denunciar os pais ao Juizado de Menores.
- (D) Levar a criança para a Delegacia de Polícia.
- (E) Dar conselhos e carinhos à criança e repreensão aos pais.

22. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) estabelece, no artigo 26 e parágrafos, normas para os currículos do ensino fundamental e médio no território nacional.

Assinale a alternativa que corresponde ao disposto na referida lei sobre a composição do currículo.

- (A) Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelo que requer o mundo do trabalho.
- (B) Os currículos de ensino fundamental e médio devem abranger o estudo de língua portuguesa e de matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
- (C) O ensino da arte será componente obrigatório unicamente no ensino fundamental e médio, de modo a proporcionar o desenvolvimento cultural dos alunos nessa faixa etária.
- (D) A educação física é componente curricular obrigatório na educação básica, sendo dispensados de sua prática todos os alunos do curso noturno.
- (E) O ensino da música é conteúdo obrigatório para os dois primeiros níveis da educação básica: a educação infantil e o ensino fundamental regular, diurno e noturno.

23. A Constituição Federal apresenta a “gestão democrática” como um dos princípios para o ensino público brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reitera esse princípio e, em seu artigo 14, indica como orientação aos sistemas estaduais para normatizá-lo, os princípios:

- I. eleição dos diretores de escola, dentre os professores efetivos diplomados em Pedagogia;
- II. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- III. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- IV. participação dos alunos nos conselhos de classe, a partir do sexto ano do ensino fundamental;
- V. representação dos alunos em grêmios estudantis livres.

Está de acordo com o referido artigo da LDBEN o contido em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e V, apenas.

24. O Parecer CNE/CP n.º 3/2004 trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com esse parecer, existe uma demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. No que diz respeito à educação, essa demanda encontra respaldo na Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Quanto ao reconhecimento, o parecer coloca que reconhecer, na expectativa da comunidade negra,

- (A) implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira.
- (B) requer que se conheça a sua história e cultura, seus valores e tradições, buscando-se especificamente reafirmar a existência da democracia racial já existente na sociedade brasileira.
- (C) requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da igualdade e da uniformidade, a fim de superar preconceitos étnico-raciais presentes nos diferentes níveis de ensino.
- (D) implica ações políticas dirigidas à minimização das desigualdades raciais e sociais, com vistas a compensar as vantagens que alguns grupos auferem devido à estrutura social excludente e discriminatória da sociedade brasileira.
- (E) implica aceitar e respeitar os processos históricos de submissão negra, desencadeados pelos africanos escravizados durante todo o período colonial.

25. Considerando a Resolução CNE/CEB n.º 07/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, classifique as afirmações apresentadas a seguir como (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- () O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.
- () É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de julho do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.
- () A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F; V; F.
- (B) V; V; F.
- (C) V; F; V.
- (D) F; V; V.
- (E) V ;V; V.

26. O parecer CME n.º 4/10, de 23.11.10, que trata do Programa Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber, dispõe que as escolas que integram o Programa deverão promover oficinas que privilegiem a identidade

- (A) local.
- (B) individual.
- (C) brasileira.
- (D) latino-americana.
- (E) sociocultural.

27. Um grupo de professores do 6.º e 7.º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Sorocaba, no horário de trabalho coletivo, cada qual apresentando seu entendimento, discute o encaminhamento a ser dado aos pedidos de reconsideração e aos recursos referentes aos resultados finais de avaliação.

Assinale a alternativa que apresenta o entendimento correto para encaminhar esses pedidos, tendo como referência a Deliberação CME n.º 1/2001, de 12.06.01.

- (A) Os professores Rosa e Paulo declaram que o pedido de reconsideração referente aos resultados finais de avaliação deve ser feito pelo pai ou responsável de seus alunos, que têm aproximadamente 13 anos, e ser dirigido ao próprio professor do componente curricular em que haja a reprovação, cabendo a este encaminhá-lo, informado ao Diretor de escola.
- (B) Os professores Otávio e Alice entendem que a avaliação, feita pela escola e conforme o Regimento Escolar, deve ter um caráter diagnóstico e formativo e levar em conta o desempenho global do aluno, no conjunto dos componentes curriculares cursados durante o ano ou período letivo, bem como o prosseguimento de seus estudos.
- (C) Os professores Joaquim e Marisa supõem que cabe aos professores dar ampla divulgação aos alunos e pais sobre os critérios e procedimentos da verificação do rendimento escolar, da oferta de recuperação e reforço, bem como o direito de recorrer dos resultados das avaliações por eles considerados injustos.
- (D) As professoras Janice e Aurora consideram que compete aos docentes o registro sistemático dos procedimentos avaliatórios, bem como o da assiduidade do aluno e das informações do aproveitamento escolar. Por outro lado, esses docentes são dispensados de registrar as dificuldades dos alunos para atingir os objetivos propostos e as estratégias para superá-las, quando os resultados de avaliação atingirem o mínimo para aprovação.
- (E) Os professores José Carlos, Iris, Dirce e Manuela admitem a importância dos pedidos de recurso e reconsideração relativos aos resultados finais de avaliação, entendendo que as decisões referentes a esses pedidos terminam na escola, pois a última palavra é a do Conselho de Classe/Série e a seguir a do diretor de escola.

28. De acordo com o Parecer CME n.º 03/2010 de 19.10.10, o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba reconhece que as ações em desenvolvimento pela Secretaria Municipal seguem as diretrizes nacionais e as normas estaduais e municipais em vigor, para atendimento a alunos com necessidades especiais na rede municipal de ensino, na perspectiva da educação inclusiva, uma vez que
- (A) mapeiam os alunos com diferentes deficiências por meio de censo e cadastro, para garantir-lhes vagas em classes comuns do ensino fundamental regular, providenciando acessibilidade do prédio, quando for o caso.
 - (B) as classes especiais foram alocadas em escolas de ensino fundamental regular, de acordo com a incidência da demanda, com serviço de transporte gratuito para o aluno, quando este reside a mais de um quilômetro da escola.
 - (C) oferecem, em relação ao ensino regular, orientação pedagógica aos professores e recursos e serviços educacionais especiais que propiciam apoio, complementação e suplementação, em período diverso do das aulas.
 - (D) todos os professores das classes comuns do ensino fundamental regular receberam curso de especialização de modo a poder trabalhar, em sala de aula, com alunos que apresentam algum tipo de deficiência.
 - (E) oferecem recursos e serviços educacionais, em centro educacional especializado para atendimento de alunos com deficiências, para cujas classes eles são encaminhados, após criterioso diagnóstico, realizado no próprio centro.
29. Atento às diretrizes nacionais e estaduais para a educação especial na perspectiva da inclusão, o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba, por meio da Indicação CME 02/08 de 28.10.08, dentre outras considerações, ressalta que a avaliação dos alunos com necessidades especiais
- (A) pautar-se-á por critérios especiais, tendo em vista que não implica em promoção ou retenção; no entanto, deverão ser aplicados os mesmos instrumentos de avaliação, junto com os demais alunos, sendo a correção e a pontuação diferenciadas.
 - (B) precisa ocorrer com frequência diária, possibilitando a tomada de decisão sobre as intervenções didático-pedagógicas, em tempo oportuno, no decorrer das experiências de aprendizagem programadas pelo professor para aquele dia letivo.
 - (C) obedecerá ao planejado pelo professor para esses alunos, pois a avaliação é uma dimensão da ação intencionada e guia-se pelos mesmos objetivos dela; portanto: aluno especial pede objetivos, programação e avaliação especiais.
 - (D) terá sempre intenção diagnóstica e formativa, com objetivos de estímulo aos esforços do educando, bem como para dar positividade à sua autoimagem e à sua autoestima, fundamentais para construir conhecimentos e para participar.
 - (E) obedecerá aos critérios previstos na Proposta Pedagógica e nas respectivas Normas Regimentais, acrescidos de procedimentos e de formas alternativas de comunicação e de adaptação dos materiais didáticos e dos ambientes físicos disponíveis aos alunos.
30. A Lei Municipal n.º 4.599/94, que se refere ao plano de carreira e ao Quadro do Magistério Público Municipal de Sorocaba, em seu Capítulo VIII, trata da jornada de trabalho das classes de docente e de suporte pedagógico.
- Assinale a alternativa que apresenta corretamente as normas sobre a composição e/ou a atribuição da jornada de trabalho do Professor de Educação Básica II- PEB II, conforme a lei citada.
- (A) O PEB II, ocupante de cargo ou de função especial de docente, terá uma jornada semanal mínima de 15 (quinze) horas-aula e 5 (cinco) horas de trabalho pedagógico - HTP, a qual poderá ser ampliada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais com as HTP.
 - (B) As HTP constituem o tempo de trabalho remunerado com o qual contará o docente para participar de reuniões pedagógicas e, também, para a preparação de aulas, correção de exercícios e provas, atendimento de alunos e de pais, com exceção da participação em pesquisas e cursos.
 - (C) A hora-aula terá a duração de 40 (quarenta) minutos nos cursos noturnos e 50 (cinquenta) minutos nos cursos diurnos, enquanto as HTP durarão 45 (quarenta e cinco) minutos tanto no período noturno como no período diurno.
 - (D) A atribuição de aulas para os PBE II efetivos obedecerá à seguinte ordem: a) constituição da jornada; b) atribuição de jornada ao docente com carga reduzida; c) ampliação de jornada de trabalho na mesma disciplina; d) fixação de carga suplementar.
 - (E) No caso de carga horária reduzida, o ocupante de cargo ou função especial deverá exercer a docência de outras disciplinas ou áreas de estudo para as quais esteja legalmente habilitado ou, se preferir, poderá realizar tantas HTP quantas necessárias para atingir sua jornada obrigatória.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para responder às questões de números 31 a 35, leia o texto.

Pobres falantes! Seu trabalho não tem palavras, apenas ferramentas e isolamento. É um trabalho mecânico, infeliz, repetido, ao lado dos companheiros, mas longe deles. Sua conversa é com a máquina, a enxada. Em pequenos intervalos, permitem-lhes abrir a boca para comer a ração diária que mal lhes repõe as energias para durar aqueles trinta ou trinta e cinco anos que lhes deu a graça de ter nascido do lado errado do rio.

Chegando em casa, esse falante, esgotado, mal ouve as palavras domésticas ditadas pela TV ou gritadas pelos filhos, o rebanho doméstico, peças de futuras reposições. Se tem sorte, chega cedo, pode ouvir a vida nas novelas, no mundo dos auditórios. Ele, ela, pobretões, podem ouvir. De posse do instrumento língua, eles não podem usá-lo integralmente.

(Milton José de Almeida. Ensinar Português?
Em: João Wanderley Geraldi, *O texto na sala de aula*)

31. No trecho, o autor deixa evidente que a miséria

- (A) da língua se resolve com o uso da TV.
- (B) social é superada com o uso da língua.
- (C) social tem a TV como uma inimiga.
- (D) social se reflete na miséria da língua.
- (E) da língua camufla a miséria social.

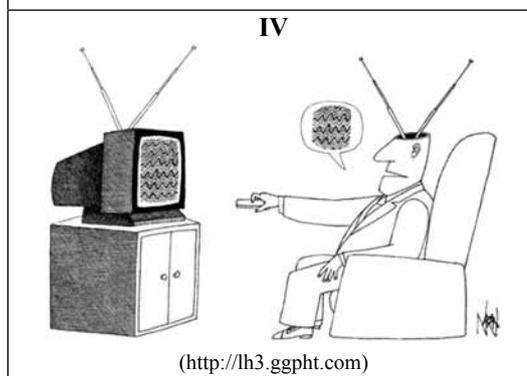
32. Considere o texto: *O primeiro diz respeito às finalidades atribuídas ao ensino médio: o aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado.*

(http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)

Fazendo uma comparação entre o falante descrito por Milton José de Almeida e as finalidades atribuídas ao ensino médio, conforme as *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, é possível concluir corretamente que este falante

- (A) não teve um ensino médio em conformidade com o que preceituam as *Orientações*.
- (B) tem certeza de que seus filhos terão um ensino médio conforme preceituam as *Orientações*.
- (C) e sua esposa, por serem pobres, estudaram conforme preceituam as *Orientações*.
- (D) deseja para seus filhos um ensino médio diferenciado em relação às *Orientações*.
- (E) teve um ensino médio conforme preceituam as *Orientações*, mas não faz uso adequado dele.

33. Analise as imagens.



Conforme descritos no texto, o falante e sua família assemelham-se apenas aos personagens das imagens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

34. Observe os enunciados:

- ... permitem-lhes abrir a boca para comer a ração diária que **mal** lhes repõe as energias...
- ... **mal** ouviu as palavras domésticas ditadas pela TV ou gritadas pelos filhos, o rebanho doméstico...

De acordo com as *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, uma das estratégias textualizadoras diz respeito ao “uso de recursos linguísticos em processos de coesão textual (elementos de articulação entre segmentos do texto, referentes à organização – temporal e/ou espacial – das sequências do texto ou à construção da argumentação)”.

Nesse sentido, em relação aos termos destacados nos enunciados, é correto afirmar que

- (A) a indicação espacial está textualizada apenas na primeira ocorrência.
- (B) ambos podem ser pospostos aos verbos sem que haja alteração de sentido.
- (C) ambos constituem usos diversos em relação à definição apresentada.
- (D) ambos estruturam sintagmas nominais, pois não articulam segmentos textuais.
- (E) a textualização da marca temporal se dá apenas na primeira ocorrência.

35. Kleiman (*Texto e Leitor*) afirma que “a ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as *inferências* necessárias para relacionar as diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Este tipo de inferência, que se dá como decorrência do conhecimento de mundo e que é motivado pelos itens lexicais no texto é um processo inconsciente do leitor proficiente.”

Com base na afirmação da autora, no trecho – ... para durar aqueles trinta ou trinta e cinco anos que lhes deu a graça de ter nascido do lado errado do rio. –, infere-se corretamente que a expressão

- (A) “para durar” alude ao tempo médio de vida dos menos favorecidos socialmente.
- (B) “trinta ou trinta e cinco anos” alude ao tempo necessário para se aposentar.
- (C) “a graça” alude à sorte de uma pessoa pelas condições de trabalhar e comer.
- (D) “ter nascido” alude ao fato de os menos favorecidos viverem miseravelmente.
- (E) “do lado errado do rio” alude ironicamente à pessoa que deixou a zona rural.

36. Analise os três elementos que, segundo Schnewly & Dolz (*Gêneros orais e escritos na escola*), parecem centrais em uma definição.

1. Há a [sua] escolha, em função de uma situação definida por um certo número de parâmetros: finalidade, destinatários, conteúdo, para dizê-lo na nossa terminologia. Dito de outra maneira: há a elaboração de uma base de orientação para uma ação discursiva.
2. Essa base chega à [sua] escolha num conjunto de possíveis, no interior de uma esfera dada, num lugar social que define um conjunto possível.
3. Mesmo sendo “mutáveis, flexíveis”, [eles] têm uma certa estabilidade: eles definem o que é dizível (e inversamente: o que deve ser dito define a [sua] escolha); eles têm uma composição: tipo de estruturação e acabamento e tipo de relação com os outros participantes da troca verbal. Dito de outro modo: eles têm uma certa estrutura definida por sua função; são caracterizados por um plano composicional. Finalmente, eles são caracterizados por um estilo.

A definição apresentada remete ao conceito de

- (A) enunciado e enunciação.
- (B) textos verbais.
- (C) discursos orais.
- (D) texto e discurso.
- (E) gêneros textuais.

37. Leia os versos de Bocage.

Olha, Marília, as flautas dos pastores
Que bem que soam, como são cadentes!
Olha o Tejo, a sorrir-se! Olha, não sentes
Os Zéfiros brincar por entre as flores?

Nos versos, são flagrantes

- (A) as imagens mitológicas e clássicas.
- (B) os versos livres e brancos.
- (C) o sofrimento amoroso e a angústia.
- (D) a religiosidade e a idealização feminina.
- (E) o amor exagerado e a conotação sexual.

38. Para Marcuschi (*Da fala para a escrita: atividades de retextualização*), o conceito de letramento corresponde a

- (A) uma releitura da alfabetização, razão pela qual só pode ser pensado como uma prática escolar mediada pela língua escrita, preferencialmente.
- (B) uma escolarização do conhecimento coletivo, que é transmitido em forma de conteúdo escrito nas atividades promovidas pela escola.
- (C) uma prática educacional por meio da qual se reelaboram os discursos orais em discursos escritos, de maior prestígio social.
- (D) um tratamento escolar das práticas sociais mediadas pela linguagem, garantindo-se o domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever.
- (E) um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita, as quais constituem um conjunto de práticas sociais.

39. Leia o texto.

... um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem.

(...)

Os textos também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Isso tem a ver parcialmente com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica (tais como exame minucioso ou atenção dividida com a realização de outras coisas) e com os modos de interpretação disponíveis – por exemplo, geralmente não se leem receitas como textos estéticos ou artigos acadêmicos como textos retóricos, embora ambos os tipos de leitura sejam possíveis. O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo: compare cartas de amor com registros administrativos.

(Norman Fairclough, *Discurso e mudança social*. Adaptado)

O texto discute

- (A) as ambiguidades inevitáveis em um processo de interpretação textual.
- (B) as estratégias de convencimento do leitor por meio da notícia adulterada.
- (C) a dificuldade de se interpretar um texto se não se sabe a que discurso remete.
- (D) os processos de produção e interpretação de uma prática discursiva.
- (E) o papel do texto e do discurso em uma sociedade marcada pelo consumo.

Considere a tabela, adaptada de Koch & Elias (*Ler e escrever: estratégias de produção textual*), para responder às questões de números 40 e 41.

I	II
contextualizada	descontextualizada
implícita	explícita
redundante	condensada
não planejada	planejada
predominância do <i>modus prag-mático</i>	predominância do <i>modus sintático</i>
fragmentada	não fragmentada
incompleta	completa
pouco elaborada	elaborada
pouca densidade informacional	densidade informacional
predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	predominância de frases complexas, com subordinação abundante
pequena frequência de passivas	emprego frequente de passivas
poucas nominalizações	abundância de nominalizações
menor densidade lexical	maior densidade lexical

40. As colunas I e II correspondem, respectivamente, à

- (A) linguagem e à língua.
- (B) oralidade e à língua.
- (C) fala e à escrita.
- (D) enunciação e à linguagem.
- (E) discursividade e à textualidade.

41. As informações apresentadas em I e II caracterizam, por exemplo, correta e respectivamente, as seguintes situações comunicativas:

- (A) entrevista de emprego e discussão entre desconhecidos decorrente de uma batida de carros na rua.
- (B) conversa entre amigos após o expediente de trabalho e elaboração de uma monografia acadêmica.
- (C) produção de texto poético em primeira pessoa e literatura de cordel.
- (D) bate-papo virtual pela internet e conversa entre familiares durante um jantar.
- (E) festa de confraternização de fim de ano e mensagem entre amigos por torpedo ou por twitter.

Leia o texto para responder às questões de números 42 a 46.

Medo

Grades e cães guardam as casas porque o **medo** chegou. Coldres deformam os paletós porque o **medo** está aí. A cidade incha, as favelas se despençam sobre vias expressas porque o **medo** e a fome chegaram sem pagar pedágio. Os menores vagueiam, trombam, assaltam, porque o **medo** chegou. Os soldados são adestrados para a guerra contra o crime, perseguem, matam criminosos, suspeitos, desocupados, descarteados, fugitivos da inanição. Os soldados têm **medo** e os que correm têm **medo**. Homens e mulheres, brancos, negros e pardos com **medo** da tortura, da Casa de Detenção, com **medo** dos juro, do desemprego, do Serviço de Proteção ao Crédito. Pais e mães com **medo** do tóxico, das madrugadas de espera na cidade selvagem. Os barracos com **medo** das casas grandes e dos carros de luxo. Os jardins com **medo** dos barracos e dos que se empilham entre tábuas na noite inclemente de chuvarada e frio.

(José Carlos Dias. Medo. *Folha de S.Paulo*, 28.08.1981. Apud Ingedore Koch e Vanda Maria Elias, *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*. Fragmento)

42. Tendo como referência os termos destacados no texto, afirma-se que eles

- I. são empregados como recurso coesivo de progressão textual;
- II. constituem a chamada “repetição” ou “recorrência de termos”;
- III. são utilizados como recurso retórico e também como estratégia argumentativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

43. A leitura do texto mostra que, no ano de 1981, o

- (A) desemprego elevado não impunha medo.
- (B) Brasil não se preocupava com as drogas.
- (C) Brasil guerreava com outro país.
- (D) medo grassava na sociedade brasileira.
- (E) preço do pedágio era uma preocupação.

44. No trecho – Os barracos com medo das casas grandes e dos carros de luxo. Os jardins com medo dos barracos e dos que se empilham entre tábuas na noite inclemente de chuvarada e frio. – as informações mostram que o medo

- (A) é uma ação calculada pelos que moram nas casas grandes.
- (B) é sentido por todos, sem que haja uma justificativa para isso.
- (C) é um sentimento recíproco entre as diferentes classes sociais.
- (D) decorre de uma intencionalidade dos menos favorecidos.
- (E) faz com que pessoas de diferentes níveis sociais se aproximem.

45. Segundo Koch & Elias (*Ler e Escrever: estratégias de produção textual*), “a coerência pressupõe a manutenção temática”. No texto, isso se comprova pelo uso de

- (A) grades, cães, coldres.
- (B) favelas, vias expressas, pedágio.
- (C) fome, menores, soldados.
- (D) inanição, tortura, desemprego.
- (E) homens, pardos, tóxicos.

46. Se um texto como “Medo” for levado para sala de aula como objeto de ensino, segundo Colomer & Camps (*Ensinar a ler, ensinar a compreender*), ao professor caberá propor uma leitura para

- (A) explorar alguns sentidos possíveis, já que os textos podem ter tantos sentidos neles inscritos quanto forem os seus leitores.
- (B) ensinar o aluno a ler para aprender a ler, sabendo, principalmente, localizar as informações na superfície textual.
- (C) trabalhar aspectos de gramática e vocabulário, mostrando que o processo de leitura é igual para todos os gêneros textuais.
- (D) ensinar a decifrar um texto, pois os sentidos se constituem de forma implícita, independentemente da superfície textual.
- (E) saber o que esse texto diz para algum propósito bem definido, restituindo-lhe seu sentido de prática social e cultural.

Leia o texto para responder às questões de números 47 a 50.

Se fizermos um estudo ou acompanhamento da imprensa durante certo tempo, por exemplo, cinco anos ou uma década, constataremos no movimento da criminalidade duas opiniões bastante comuns. A primeira delas é a de que a opinião veiculada pelos jornais sugere que há uma percepção coletiva do aumento da criminalidade que se expressa por opiniões do tipo: “alguns anos atrás podia-se caminhar nas ruas tranquilamente” ou “as casas podiam ficar de portas abertas”. Trata-se do medo generalizado de ser vítima da ofensa criminal – que antes não existia – e hoje, ao contrário, as pessoas se recolhem em suas casas, totalmente cercadas por dispositivos de segurança, e organizam seus contatos com os outros de modo a ficarem cercados do máximo de segurança possível. Enfim, entre a maioria, há percepção do aumento da criminalidade, que é associada à constatação da diversificação dos padrões de criminalidade. Verifica-se, ainda, que a criminalidade torna-se cada vez mais violenta. Enquanto antigamente, nos assaltos, o famoso meliante que pulava de telhado em telhado, extremamente hábil, era um indivíduo mais ou menos aberto ao diálogo, malandro, mas que podia ser contido pela palavra, hoje parece claro que não há diálogo possível. A criminalidade não apenas aumenta, como também torna-se cada vez mais violenta. Além disso, aparece a criminalidade organizada. Com essa evolução do crime, a imprensa não noticia o ladrão ou o indivíduo que provocou o assalto, mostra a criminalidade organizada. É o tráfico de drogas, são os sequestros, os assaltos a bancos, que de fato ocupam a atenção e se constituem no perigo.

Outro tema também frequente é o das causas dessa criminalidade. Jornalistas, autoridades e público são estimulados a refletir e a expressar opiniões a respeito das causas da criminalidade. Essas opiniões têm, na verdade, uma grande variabilidade. Mas, em linhas gerais, podemos dizer que, em períodos de grande crise social, há o que se denomina sociologização das causas, isto é, a crise econômica – falta de emprego, más condições de vida – explicaria a criminalidade. Quando a crise fica mais ou menos contida, a tendência é psicologizar as causas da criminalidade. Do social para o individual: os criminosos, indivíduos anti-sociais, são pouco habilitados para conviver numa sociedade altamente civilizada e urbanizada, justificando de certo modo a criminalidade.

(Sérgio Adorno. Violência, ficção e realidade.

Em: Mauro Wilton de Sousa (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*)

47. No texto, o autor mostra que há

- (A) um mecanismo intrínseco à organização social inibidor do aumento da criminalidade.
- (B) um aumento inquestionável da criminalidade, sem alteração nos seus padrões.
- (C) um consenso sobre aumento de criminalidade que não se comprova pelos jornais.
- (D) uma percepção social de aumento da criminalidade, explorada pelos jornais.
- (E) uma mudança na sociedade que não se reflete em aumento da criminalidade.

48. De acordo com o segundo parágrafo do texto, as causas da criminalidade

- (A) oscilam de acordo com o momento social vivido.
- (B) constituem uma ideia comum para a sociedade.
- (C) contradizem a realidade social vivida.
- (D) não se explicam pelas crises sociais existentes.
- (E) são explicadas pela ideologia das mídias.

49. Considere as charges.



(www.amarildo.com.br)



(www.chargesbruno.blogspot.com)



(Gazeta do Povo, 01.08.2011)

A ideia contida e discutida no texto de Sérgio Adorno está também presente em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50. Com base em Schneuwly & Dolz (*Gêneros orais e escritos na escola*), o texto de Sérgio Adorno está no domínio social de comunicação do

- (A) narrar, explorando a mimeses da ação através da criação da intriga no domínio do verossímil.
- (B) relatar, explorando a representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo.
- (C) expor, explorando o saber como uma apreensão acrítica da realidade.
- (D) argumentar, explorando a construção e a sustentação de tomadas de posição.
- (E) descrever ações, explorando a regulação mútua de comportamentos.

Leia o texto para responder às questões de números 51 e 52.

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado. Esse tipo de gênero existe sobretudo nas esferas muito diversificadas da comunicação verbal oral da vida cotidiana (inclusive em suas áreas familiares e íntimas).

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica*.

(Bakhtin, *Estética da criação verbal*)

51. De acordo com Bakhtin, o falante, ao comunicar-se, vale-se, inevitavelmente, dos gêneros textuais, e isso é possível de acontecer sem que haja

- (A) utilização de sua forma padrão.
- (B) temática definida para a comunicação.
- (C) intuito discursivo do locutor.
- (D) prática discursiva definida.
- (E) consciência de sua existência teórica.

52. A comunicação, ao considerar o “conjunto constituído dos parceiros”, conforme exposto pelo texto, consiste em uma prática social

- (A) destituída de subjetividade.
- (B) da oralidade, obrigatoriamente.
- (C) marcada pelo dialogismo.
- (D) alheia às áreas familiar e íntima.
- (E) fundamentada na norma-padrão.

Para responder às questões de números 53 a 55, leia o texto.

Nasce um escritor

O primeiro dever passado pelo novo professor de português foi uma descrição tendo o mar como tema. A classe inspirou, toda ela, nos mares de Portugal, descritos pelo poeta Camões. Prisioneiro no internato, eu vivia na saudade das praias do Pontal onde conhecera a liberdade e o sonho. O mar de Ilhéus foi o tema de minha descrição.

Padre Cabral levava os deveres para corrigir em sua cela. Na aula seguinte, entre risonho e solene, anunciou a existência de uma vocação autêntica de escritor naquela sala de aula. Pediu que escutassem com atenção o dever que ia ler. Tinha certeza, afirmou, que o autor daquela página seria no futuro um escritor conhecido. Não regateou elogios. Eu acabara de completar onze anos.

Passei a ser personalidade, ao lado dos futebolistas, dos campeões de matemática e de religião, dos que obtinham medalhas. (...)

Recordo com carinho a figura do jesuíta português erudito e amável. Menos por me haver anunciado escritor, sobretudo por me haver dado o amor aos livros, por me haver revelado o mundo da criação literária. Ajudou-me a suportar aqueles dois anos de internato, a fazer mais leve a minha prisão, minha primeira prisão.

(Jorge Amado, *O menino Grapiúna*. Adaptado)

53. Sobre as funções da linguagem, Nilce Sant’Anna Martins (*Introdução à estilística*: a expressividade na língua portuguesa) observa que elas “se realizam simultaneamente, podendo-se notar a relevância de uma em relação a outras, em diferentes enunciados, fato que permite distinguir vários tipos de linguagem (comum, científica, convencional, lírica, épica, publicitária etc.)” Em relação ao texto de Jorge Amado, é correto afirmar que nele pode-se distinguir a linguagem

- (A) lírica, na qual predomina a função poética.
- (B) acadêmica, na qual predomina a função metalinguística.
- (C) referencial, na qual predomina a função informativa.
- (D) literária, na qual predomina a função emotiva.
- (E) cotidiana, na qual predomina a função fática.

54. Observe as sequências:

- O primeiro dever passado pelo novo professor de português foi uma descrição tendo o mar como tema.
- Padre Cabral levava os deveres para corrigir em sua cela.
- Pediu que escutassem com atenção o dever que ia ler.
- Passei a ser personalidade, ao lado dos futebolistas, dos campeões de matemática e de religião, dos que obtinham medalhas.

Conforme Koch & Elias (*Ler e compreender*: os sentidos do texto), os trechos transcritos correspondem a sequências de enunciados de tipo

- (A) descritivo.
- (B) narrativo.
- (C) dissertativo.
- (D) argumentativo.
- (E) injuntivo.

55. O processo que diz respeito às diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes é chamado de **referenciação**. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina **progressão referencial**.

(Koch & Elias, *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*)

No texto de Jorge Amado, são elementos de progressão referencial:

- (A) novo professor de português, Padre Cabral, o jesuíta português erudito e amável.
- (B) mares de Portugal, praias do Pontal, mar de Ilhéus.
- (C) dever, vocação, campeões.
- (D) cela, sonho, prisão.
- (E) poeta, elogios, futebolistas.

56. Observe as características literárias, extraídas – e adaptadas – de Massaud Moisés (*A literatura portuguesa*).

- I. ... corresponde à tentativa de fundir, numa unidade ambiciosa de simbolizar a suma perfeição, as duas linhas de força que conduziram o pensamento europeu ao longo do século XVI: procurou conciliar numa síntese utópica a visão do mundo medieval, de base teocêntrica, e a ideologia clássica, pagã, terrena, antropocêntrica. No amálgama, entre orientações tão opostas e à primeira vista mutuamente repulsivas, haveria inevitável troca de posições, de forma que se operaria a espiritualização da carne e a correspondente carnalização do espírito. Em resumo, era o empenho no sentido de conciliar o claro e o escuro, a matéria e o espírito, a luz e a sombra, visando a anular pela unificação a dualidade do ser humano, dividido entre os apelos do corpo e os da alma.
- II. Com [esse movimento literário], abre-se um ciclo de cultura inteiramente novo, correspondente à diminuição do poder das oligarquias reinantes em favor das monarquias constitucionais ou das repúblicas federadas, e ao aparecimento do Liberalismo em política, moral, arte etc. A aristocracia de sangue aos poucos cede terreno à Burguesia na pirâmide social, invertendo totalmente os papéis e estabelecendo nova escala de valores, marcada agora pela posse de dinheiro. Opera-se, em suma, o domínio amplo das fórmulas burguesas de viver e pensar, com todas as suas múltiplas e complexas consequências.
- III. [os escritores desse movimento literário] pregavam e procuravam realizar a filosofia da objetividade: o que interessa é o objeto, o *não-eu*. Para alcançar concentrar-se no objeto, tinham de destruir a sentimentalidade e a imaginação e trilhar a única via de acesso à objetividade: a Razão, ou a inteligência.

Os movimentos literários apresentados em I, II e III correspondem, correta e respectivamente, ao

- (A) Renascimento, Barroco e Arcadismo.
- (B) Barroco, Arcadismo e Romantismo.
- (C) Barroco, Romantismo e Realismo.
- (D) Arcadismo, Barroco e Romantismo.
- (E) Romantismo, Modernismo e Realismo.

57. De acordo com as *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, o estudo de Literatura no ensino médio

- (A) implica o tratamento do texto como um discurso cuja construção se dá de acordo com as formulações linguísticas usuais, concebendo-se seu ensino da mesma forma que de outros textos.
- (B) assume o papel estratégico de agenciador do amadurecimento sensível do aluno, favorecendo o desenvolvimento de um comportamento mais crítico e menos preconceituoso diante do mundo.
- (C) considera a especificidade do texto literário em função das transgressões linguísticas comuns a ele, que deve estar em práticas de normatização da linguagem oral e escrita.
- (D) consiste em abordar os textos desse gênero de forma utilitarista, deixando claro que eles normalmente são de fácil interpretação pelo fato de sua formulação se dar pelo uso de formas coloquiais.
- (E) privilegia a arte da palavra como forma de manutenção da tradição letrada, na qual se podem encontrar os usos legítimos da linguagem em sua forma mais apurada e que deve ser ensinada na escola.

58. Leia o poema de Manuel Bandeira.

Oração no sacco da Mangaratiba

Nossa Senhora me dê paciência
Para estes mares para esta vida!
Me dê paciência para que eu não caia
Pra que eu não pare nesta existência
Tão mal **cumprida**, tão mais **comprida**
Do que a restinga da Marambaia!

Conforme Nilce Sant'Anna Martins (*Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*), os termos em destaque constituem

- (A) a paronomásia, ou seja, palavras com sonoridades análogas com sentidos diferentes.
- (B) o pleonasma, ou seja, a repetição de palavras com sonoridades e sentidos semelhantes.
- (C) a aliteração, ou seja, palavras que se aproximam pela repetição de sons semelhantes.
- (D) a assonância, ou seja, palavras em que se repetem intencionalmente sons vocálicos.
- (E) a antítese, ou seja, palavras que têm sonoridades parecidas mas sentidos contrários.

59. Analise as informações.

- I. A escola não precisa cobrir todos os estilos literários.
- II. A leitura de um romance requer planejamento do professor para orientar a leitura e tempo para o aluno ler o livro. Trazer para a sala de aula trechos da obra é perder tempo, pois imprime às tarefas escolares um ritmo mais lento.
- III. Se a escola quiser que o aluno leia, considerando que esse é o meio mais eficiente para ele conseguir o saber que ela almeja, então é preciso mudar o currículo, retirar dele o que é excessivo e não essencial, tornando-o realmente significativo para alunos e professores.

Está de acordo com as *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60. Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 12.07.2011)

A constituição de sentido e de humor da charge se dá

- (A) pelo uso da negação no adjetivo, ratificando o sentido do dito popular.
- (B) pelo diálogo intertextual com um dito popular, sem alteração de sentido.
- (C) pelo recurso à citação do discurso alheio, de sentido vago e satírico.
- (D) pela ambiguidade contida no adjetivo, formado por derivação sufixal.
- (E) pela desconstrução de um dito popular por meio da derivação prefixal.